

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano III | 12 de Novembro de 2019 | Nº 86

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

BB tenta transferir compulsoriamente 15 bancários de Bauru e Agudos

Para o Sindicato, medida unilateral do Banco do Brasil descumpra o Art. 469 da CLT. É preciso resistir!

No último dia 5, quinze escriturários do Banco do Brasil de Bauru e Agudos receberam uma péssima notícia: unilateralmente, seriam transferidos para até 120km de distância de Bauru, sem direito a qualquer ajuda de custo por parte do banco.

A angústia vivida por esses bancários não é novidade. Desde o começo de outubro, quando o BB alterou a Instrução Normativa (IN) 368, em todo País ocorreram remoções compulsórias.

A alegação do banco para as transferências é que existe excesso de funcionários em Bauru e Agudos, enquan-



to em outras praças, faltam bancários. Porém, a realidade desmente o banco, basta ver a foto acima, tirada ontem (11), que mostra a enorme fila em uma agência que terá três funcionários transferidos.

“No primeiro lote de transferências em nível nacional, o **Sindicato** já entrou com pedido de liminar para evitar

problemas futuros em nossa base sindical. Infelizmente, na ocasião não foi concedida liminar”, explica Paulo Tonon, bancário do BB e diretor do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

Bauru entrou no terceiro lote de transferências. A diretoria da entidade então se reuniu com um de seus advo-



gados, João Vitor Petenuci, para fazer uma nova petição pedindo a reapreciação da liminar na ação coletiva ajuizada anteriormente.

O Art. 469 da CLT define que “Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se

considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio”.

O **Sindicato** orienta os funcionários do BB a não assinarem nenhum documento sobre a transferência, deixando o banco agir unilateralmente. Se houver assédio, não se cale, denuncie!

Cassi apresenta nova proposta e Sindicato orienta a votar ‘NÃO’

Do dia 18 a 28 de novembro, ocorrerá, mais uma vez, uma votação para deliberar sobre alterações estatutárias na Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil).

A Cassi tem enfrentado déficits constantes. Por conta disso, passou por um período de 90 dias de uma intervenção/acompanhamento da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Após receber os resultados e recomendações da au-

ditoria realizada pela ANS, a Cassi encaminhou ao BB, no dia 25, proposta de uma nova consulta ao seu corpo social.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** contratou um escritório de advocacia para avaliar as negociações e a conclusão foi “a cada alteração estatutária o Banco do Brasil obtém maior controle na Cassi e diminui sua parcela de contribuição, quando comparada à do participante. Em pouco tempo, o participante estará custeando integral-

mente a Cassi, enquanto o Banco do Brasil estará apenas administrando a entidade. Ou seja, o associado estará custeando a promessa de assistência à saúde realizada pelo banco no edital de concurso”

Pelo tema possuir muitas especificidades, o **Sindicato** junto com a FNOB e a Oposição Bancária formulou um material nacional que começa a ser distribuído hoje. O material já está disponível em nosso site (www.seebbauru.org.br). Acesse!



Bancário da Caixa recebe quase R\$ 200 mil de CTVA

Um empregado admitido pela Caixa Econômica Federal em 1989, no cargo de escriturário, começou a exercer a função de analista júnior em 1999, ocasião em que começou a receber a complementação salarial denominada Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Piso de Mercado (CTVA).

Nos anos seguintes, exerceu diversos cargos comissionados (gerente de retaguarda, analista pleno e analista sênior), ainda recebendo o complemento.

Aconteceu que, em março de 2009, ele foi dispensado da sua função. O trabalhador teve incorporados ao seu salário todos os valores que compunham a sua remuneração mensal – com exceção do CTVA.

Ele passou quase dois anos lidando com uma perda salarial de aproximadamente R\$ 830, até que resolveu procurar o auxílio jurídico do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

A entidade ajuizou a ação em janeiro de 2011, pleiteando a incorporação do CTVA ao salário do trabalhador, com reflexos do mesmo nas férias acrescidas de 1/3, nos 13º salários, nas gratificações semestrais, nos depósitos ao FGTS etc.

Uma juíza da 3ª Vara do Trabalho de Bauru julgou improcedente a ação, assim como uma turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15).

O **Sindicato**, no entanto, não desistiu e apelou ao Tri-

bunal Superior do Trabalho (TST), onde obteve a vitória, em dezembro de 2015.

A ministra Maria de Assis Calsing, relatora do caso no TST, recebeu o apelo lembrando que a decisão do TRT-15 foi “contrária ao posicionamento sedimentado no âmbito desta Corte, [...] por contrariedade ao item I da Súmula nº 372 do TST”.

As demais ministras da 4ª Turma do tribunal acompanharam a relatora por unanimidade.

Apesar da vitória no TST, o bancário da Caixa ainda teve de esperar quase três anos para receber todos os valores a que obteve direito. A fase de cálculos foi demorada, mas, ao final do processo, ele recebeu aproximadamente R\$ 200 mil.

Santander tem de reintegrar lesionado

Um juiz da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO) condenou o Santander a reintegrar um bancário com doenças ocasionadas pelo trabalho exercido no banco. O bancário tinha sido demitido no dia 5 de agosto.

A decisão também impôs ao Santander o pagamento de indenização no valor de R\$ 30 mil a título de danos morais. Em caso de descumprimento da decisão, o banco está sujeito a multa diária de R\$ 1 mil. A sentença confirma a antecipação de tutela que já havia determinado a reintegração.

O bancário trabalhava há mais de 30 anos no banco, exercendo inúmeras funções, tempo que o tornou portador de síndrome do manguito rotador, síndrome do túnel do carpo, epicondilite lateral e medial bilateralmente.

“Portanto, reputo configurado o nexo entre as enfermidades da parte obreira e as condições de trabalho, atribuindo à reclamada a culpa por elas, razão pela qual torno definitiva a decisão em antecipação de tutela que determinou a reintegração do trabalhador aos serviços, declarando, por conseguinte, nula a sua dispensa em 05/08/2019”, sentenciou o magistrado.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** lembra que o Santander tem tratado com extrema crueldade trabalhadores gravemente adoecidos, embora seja o banco campeão em causar adoecimento – segundo o juiz Gustavo Carvalho Chehab, da 3ª Vara do Trabalho de Brasília, que o condenou a pagar multa de R\$ 274 milhões por dano moral coletivo.

Economus cobrará participação bem maior dos aposentados em 2020

Coparticipação passará de 10% para 20% e contribuição, de 4,73% para 8% por grupo familiar

Indicada pelo Banco do Brasil, a Diretoria Executiva do Economus (instituto de seguridade social dos funcionários da extinta Nossa Caixa), conseguiu emplacar junto ao Conselho Deliberativo a proposta de aumento dos percentuais de participação dos seus planos de saúde – tanto do “Novo FEAS” quanto dos antigos “FEAS PAMC” e “FEAS Básico”.

Quanto ao Novo FEAS, a partir de janeiro de 2020 a contribuição por grupo familiar passará de 4,73% para

8%. O piso de contribuição foi mantido (R\$ 600), com o estabelecimento de um teto de R\$ 1.600. Ainda, a cobrança de coparticipação passará de 10% para 20%.

Para os planos FEAS PAMC e FEAS Básico, a contribuição per capita foi elevada de 4,72% para 8%, com teto de R\$ 800 per capita.

Pelos cálculos de entidades representativas dos trabalhadores, a proposta aprovada deverá proporcionar sobrevida de aproximadamente mais dois anos para

o Novo FEAS, além do que estava previsto com a implantação do piso de R\$ 600.

Ato no dia 29

No dia 29 de novembro, bancários egressos da Nossa Caixa farão um novo ato em frente à antiga agência matriz do banco, na rua Quinze de Novembro, em São Paulo. A concentração terá início às 10 horas.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** vai disponibilizar transporte para os interessados em participar.



Sindicato está atento à situação do Economus; em junho, realizou uma plenária com a presença do diretor superintendente do instituto, Adilson Nascimento Ferreira, do diretor de Seguridade, Mauricio Messias, e do diretor financeiro, Júlio Cezar Tozzo

Caixa realiza novo PDV para encerrar 2019 com redução de 3,5 mil postos de trabalho

E a Caixa Econômica Federal continua “enxugando” o seu quadro de funcionários. No dia 30 de outubro, anunciou a abertura de mais um programa de demissão voluntária (PDV), cujo período de adesão foi do dia 1º ao dia 8, última sexta-feira.

Desta vez, o objetivo do banco era desligar mil empregados, para atingir a meta de eliminar 3,5 mil postos de trabalho só neste ano.

A Caixa vem promovendo PDVs desde 2014, tendo reduzido seu quadro de funcioná-

rios em quase 19 mil empregados.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a Caixa deveria ampliar o número de empregados, pois recebe milhões de brasileiros que dependem de programas sociais do governo e é evidente que não dá conta de atendê-los apropriadamente. Funcionários e clientes sofrem diariamente.

O **Sindicato** lembra que a adesão ao PDV não impede que o trabalhador reivindique seus direitos junto à Justiça.



Sindicato acompanha novas contratações do Bradesco

No último dia 5, diretores do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** foram conhecer a estrutura que o Bradesco montou no Bauru Shopping para atender os servidores municipais.

É que o banco venceu o leilão para gerenciar a folha de pagamento da prefeitura pelos próximos cinco anos e agora está promovendo uma grande operação para abrir contas, cadastrar os trabalhadores etc. – com ajuda, inclusive, de empregados de outras localidades.

Quando venceu o leilão da folha, o Bradesco se comprometeu a contratar quinze novos funcionários para Bauru. Agora a direção do banco já fala que esse número pode chegar a trinta, devido à alta retenção das contas dos servidores municipais.

Porém, na prática, talvez



pela estrutura montada no Bauru Shopping, o banco segue cedendo funcionários de uma agência para outra em dias de pico. Sobre o tra-

balho de sábado, o Bradesco abriu as portas da “agência” no shopping no dia 9 e abrirá no dia 22. O **Sindicato** seguirá acompanhando o caso.

Bradesco, Itaú, BB e Safra divulgam seus resultados: juntos, lucraram R\$ 52,8 bilhões

Depois do Santander, que divulgou no dia 30 seu balanço do terceiro trimestre, também fizeram o mesmo o Bradesco, o Itaú, o Banco do Brasil e o Safra. Veja os números a seguir.

Bradesco

No dia 31, o Bradesco anunciou lucro líquido de R\$ 17,7 bilhões de janeiro a setembro. Em relação ao mesmo período de 2018, o crescimento foi de 26,4%. O lucro recorrente, que desconsidera eventos extraordinários, foi de R\$ 19,2 bilhões (crescimento de 22,3%). Em 12 meses, o banco abriu 1.113 postos de

trabalho, mesmo tendo fechado 85 agências.

Itaú

No dia 4, o Itaú divulgou lucro líquido de R\$ 21,067 bilhões nos nove primeiros meses de 2019 (9,4% maior que o do mesmo período de 2018). Ao final de setembro, contava com 83.536 empregados no Brasil, tendo fechado 3.534 postos de trabalho em doze meses. No segundo trimestre, 3,5 mil empregados aderiram ao PDV.

Banco do Brasil

O BB anunciou lucro líquido de R\$ 12,468 bilhões no

acumulado dos três trimestres, 37,6% maior que o obtido no mesmo período do ano passado.

De outubro de 2018 a setembro último, o BB eliminou 3.360 postos de trabalho, sendo que 2.367 funcionários foram desligados pelo Programa de Readequação de Quadros (PAQ).

Safra

Por fim, o banco Safra obteve lucro líquido de R\$ 1,58 bilhão de janeiro a setembro (crescimento de 5%). Em 12 meses, abriu 1.510 postos de trabalho, ampliando em 20% seu quadro de funcionários.

Fechamento de agências

Octavio de Lazari, presidente do Bradesco, disse no mesmo dia da divulgação dos resultados que o banco vai fechar 450 agências até o fim do ano que vem. Segundo ele, depois de fechar 50 agências de janeiro a setembro, o Bradesco espera fechar outras 100 ainda este ano e mais 300 em 2020. Ao fim de setembro, o banco contava com 4.567 unidades físicas.

Itaú e Banco do Brasil também estão fechando

agências às centenas. O Itaú, em doze meses, fechou 201 agências físicas, tendo aberto 23 agências digitais (agora, tem 3.330 unidades físicas e 196 digitais). Já o BB fechou 462 agências em doze meses (serão cerca de 400 somente neste ano).

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** repudia a ganância dos banqueiros do Brasil, mesmo com lucros bilionários, eles nunca estão satisfeitos.

Governo 'entrega' áreas do pré-sal

Bolsonaro não atinge meta de vender todos os blocos do pré-sal; tentará novamente em 2020

O megaleilão do pré-sal, realizado no dia 6, terminou abaixo das expectativas do governo Bolsonaro, mas ainda assim entregou dois importantes blocos da Bacia de Santos, entre eles Búzios, um dos sete maiores campos petrolíferos em alto mar do mundo, com reservas estimadas em 10 bilhões de barris.

A Petrobras, em consórcio com duas empresas chinesas, CNO DC Petroleum e CNO DC Brasil, arrematou o cobiçado bloco, com a oferta mínima de cessão à União de 23,24% da produção. O consórcio pagará R\$ 68,194 bilhões.

No segundo bloco em leilão (Itapu), foi da Petrobras a única oferta, no valor de R\$ 1,766 bilhão. Os outros dois

blocos (Sépia e Atapu) não receberam ofertas.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que as duas áreas sem interessados (Sépia e Atapu) serão oferecidas novamente em 2020 e o governo irá avaliar ainda a melhor forma de vendê-las.

Dos R\$ 70 bilhões que serão arrecadados, cerca de R\$ 34,6 bilhões serão pagos à Petrobras, pelo acerto de contas feito para o leilão do excedente; estados receberão 15% do total; os municípios 15%, e o governo federal o restante.

Em outubro, Bolsonaro sancionou a Lei da Cessão Onerosa, que definiu o rateio entre estados e municí-

pios de parte dos recursos do leilão, uma manobra política para ajudar na aprovação da Reforma da Previdência.

No entanto, esse dinheiro não irá para áreas sociais, mas sim para que governos usem para o pagamento da Dívida Pública.

O leilão aconteceu sob questionamento na Justiça e protestos dos sindicatos de petroleiros de todo o país, que denunciaram o crime lesa-pátria dos leilões das reservas de petróleo brasileiro. As entidades, assim como vários especialistas e estudiosos, denunciam que é uma entrega "a preço de banana" que vai contra todos os interesses do povo brasileiro. A política do governo Bolsona-

ro é entregar de "bandeja" as riquezas nacionais para as multinacionais estrangeiras.

Nas áreas ofertadas hoje, a Petrobras já realizou todos os trabalhos de desenvolvimento e comprovou que há bilhões de barris de óleo a serem extraídos, reduzindo o chamado "risco exploratório".

Caso a produção do excedente ficasse somente com a Petrobras em regime de partilha de produção, isso iria gerar pelo menos R\$ 642,3 bilhões para as áreas de saúde (25%) e educação (75%).

"Nenhum país com grandes reservas de petróleo promove esse tipo de leilão. Normalmente, usa-se uma empresa estatal para fazer



a exploração. Mais que um fiasco negocial, esse leilão foi um verdadeiro crime!", afirma Alexandre Morales, bancário da CEF e diretor do Sindicato dos Bancários de Bauru.

Minha Casa Minha Vida vai dificultar acesso à faixa 1

O governo Bolsonaro pretende reduzir o orçamento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2020. Pelo orçado, o investimento no programa deve cair de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 2,7 bilhões. Além disso, devem ser feitas mudanças nas regras do programa.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, o governo estuda restringir o acesso à faixa 1 do programa, baixando o limite de renda que permite financiar a casa própria com subsídios e sem juros.

O MCMV foi criado em 2009 pelo governo federal para subsidiar e facilitar o financiamento da casa própria para famílias de baixa renda.



Até 2018, mais de 5,5 milhões de unidades habitacionais haviam sido contratadas.

Hoje, o programa é dividido por quatro faixas de renda familiar, que determinam o valor e a origem dos subsídios, assim como os juros e as condições de financiamento.

Quanto menor a renda, maiores as vantagens no programa.

Para o Sindicato o corte no orçamento do programa não é surpresa, já que esse governo não tem compromisso com programas sociais e a população de baixa renda.

O Sindicato dos Bancários de Bauru e Região agora tem uma parceria com a escola de futebol Toque de Letra, do jogador profissional Halisson Bruno, que jogou nas categorias de base da Seleção Brasileira e no profissional do Santos, entre outros. As aulas ocorrerão no período da manhã e da tarde. **Assista ao vídeo sobre a parceria no canal do Sindicato no YouTube.**